

Constituinte tem 311 propostas do DF

Jairo Viana

A bancada parlamentar eleita por Brasília — três senadores e oito deputados federais — caiu em campo e já mostra serviço a seus mais de 700 mil eleitores brasilienses. Em menos de três meses de atividade parlamentar, a bancada encaminhou as 24 subcomissões que preparam a nova Constituição nada menos que 311 propostas, além de sugerir emendas aos anteprojetos da Constituinte.

As 311 sugestões à futura Constituição — ora em elaboração no Congresso Nacional —, tratam dos mais diversos assuntos, que vão desde a organização geográfica do país, até questões ecológicas, passando, naturalmente, pelos direitos individuais dos cidadãos e dos trabalhadores; forma de governo, autonomia dos poderes, assistência à gestante, ao menor e idoso; abordando, ainda, a situação dos funcionários de embaixadas estrangeiras, que formam uma categoria típica de Brasília.

A maioria das propostas contempla a realização de eleições diretas para governador, vice e deputados (Assembleia Legislativa) para o Distrito Federal, prevendo a sua autonomia política.

As sugestões dos constituintes brasilienses foram aproveitadas, em parte, pelos relatores das subcomissões da Constituinte. A maioria, no entanto, será reapresentada em forma de emenda aos anteprojetos (relatórios), até amanhã, quando se encerra o prazo.

Entre as propostas que tratam de assuntos ligados ao Distrito Federal existem desde as que defendem a volta dos prefeitos e vereadores para a administração pública, até a que cria o Estado de Brasília, incorporando os núcleos habitacionais do município de Luziânia.

O anteprojeto do relator da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, deputado Sigmaringa Seixas (PMDB), prevê, além das eleições diretas em 88, a realização de plebiscito para a construção de hidrelétricas, pólos petroquímicos, usinas nucleares ou quaisquer empreendimentos que prejudiquem a qualidade de vida das comunidades ou ofereçam riscos à vida humana e ao equilíbrio ecológico.

O corre-corre no Congresso na semana passada foi dos mais intensos dos últimos tempos, em particular, devido ao tempo exigido para a apresentação de emendas aos anteprojetos apresentados pelos relatores das subcomissões. Exausto, ao final do expediente de sexta-feira, o deputado Sigmaringa Seixas confessava que o ritmo na Câmara era alucinante.

Eleições em 88, a mais polêmica

Das sugestões que tratam de assuntos ligados ao Distrito Federal, as mais polêmicas são a que propõem a volta dos prefeitos e vereadores para a administração pública e a que cria o Estado de Brasília, como a anexação dos núcleos habitacionais situados no município de Luziânia. Mas a que promete mobilizar a cidade e até provocar reações no resto do país, é a que prevê eleições em 88. A primeira é do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que diz o seguinte: "O Distrito Federal será administrado por um prefeito e uma Câmara de Vereadores". Assinada pelos deputados Aldo Arantes (PC do B-GO), Edmilson Valentim (PC do B-RJ), e Eduardo Bonfim (PMDB-AL) e coincidente com a sugestão do deputado José Camargo (PFL-SP), a proposta de criação do estado de Brasília prevê o seguinte:

Serão anexados ao Distrito Federal, passando à cidadanias federais, os núcleos habitacionais de Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Pedregal, Céu Azul, Morada Nobre, Valparaíso I e II e Cidade Ocidental.

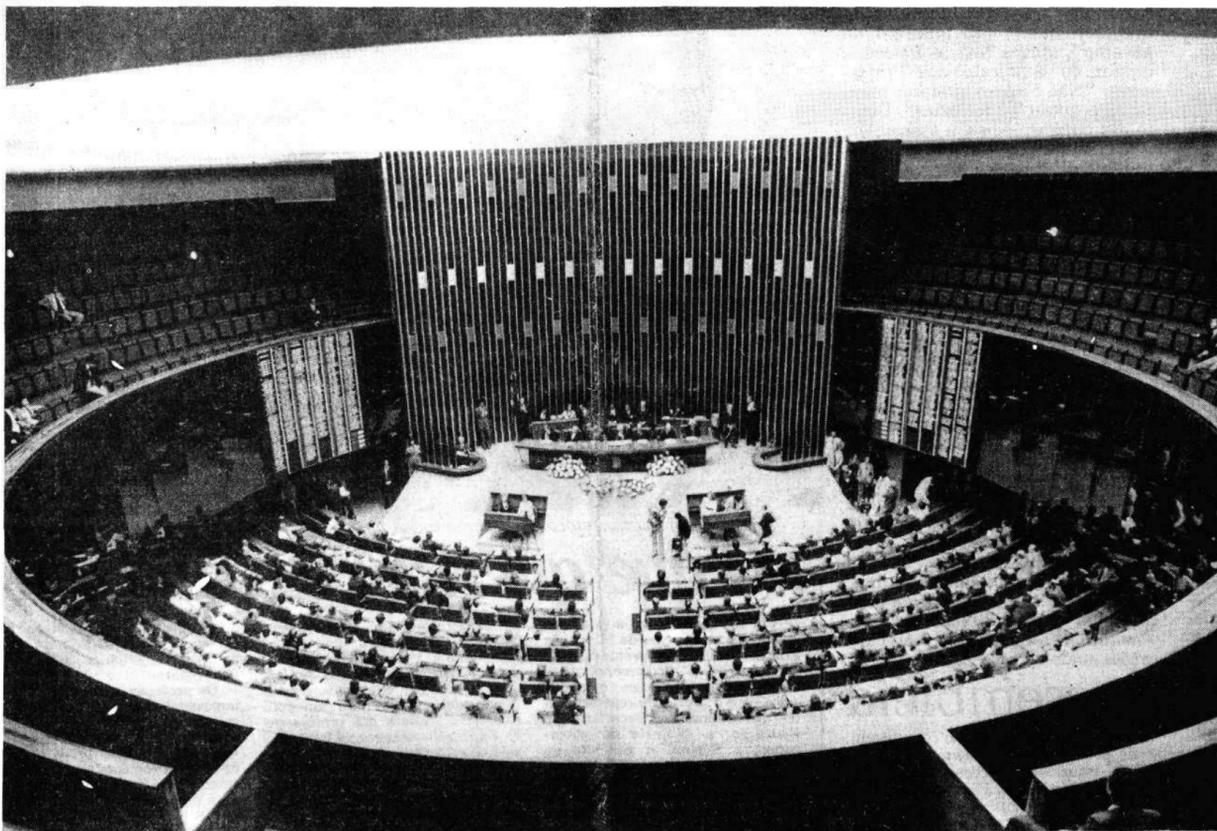
Para o deputado José Camargo, essa área, com 14 mil 400 quilômetros quadrados, foi subtraída ao Distrito Federal, à época de sua transferência do Rio de Janeiro, prevista nas constituições anteriores.

Progressista

Entre as 311 propostas da bancada brasiliense, as de tendências mais progressistas são as dos deputados Augusto Carvalho (PCB) e Geraldo Campos (PMDB). Ambos abordam o direito de greve e sindicalização dos servidores públicos, co-gestão nas empresas e o controle da energia atômica pela sociedade.

No lado oposto está o deputado Francisco Carneiro (PMDB). Suas propostas são polêmicas diante da irreversibilidade das sugestões. Ele propõe, por exemplo anular a existência do menor abandonado, por ações fiscalizadoras do estado, constituindo crime inafiançável "os pais abandonarem seus filhos menores".

A Subcomissão de Ciência Tecnologia e Comunicação, o senador Pompeu de Souza (PMDB), apresentou uma das mais avançadas propostas no sentido de garantir o livre exercício do pensamento. Sua sugestão elimina qualquer ingerência na criação artística e cultural, e a reforça com a reforça com a proibição de emenda que restrinja a liberdade de imprensa. Pompeu procura criminalizar qualquer tipo de discriminação racial, de sexo, ideológica e religiosa.



Mesmo sendo estreado no Congresso Nacional, a bancada de Brasília apresentou propostas importantes para o Distrito Federal, sem esquecer as verdadeiras necessidades do país

Governo onera despesas com funcionários

Impedidos de dispor de três mil apartamentos funcionais cuja ocupação é considerada irregular, mas respaldada por lei, o governo passou a aumentar despesas para alojar funcionários de cargo de confiança que acompanham o primeiro escalão governamental. Depois de hospedar os assessores em hotéis, optou-se pelo aluguel, medida mais barata, mas ainda onerosa para os cofres públicos, a medida em que a taxa de ocupação cobrada é infima em relação ao que paga o governo ao locatário. Segundo o superintendente de Construção e Administração Imobiliária do Ministério da Administração, Gilson Marcelino a solução encontrada é a única que se dispõe no momento, "pois os assessores têm que possuir moradia".

Uma casa na QI 03 do Lago Sul, por exemplo, está sendo ocupada hoje por um destes assessores, que desembolsa, por mês, a quantia de Cz\$ 3.228,72 como taxa de ocupação paga a Sucad. Para o governo, porém, segundo Gilson, o aluguel, mesmo que abaixo do preço de mercado, avaliado em Cz\$ 30 mil, é de Cz\$ 25 mil mensais. Conforme informações da "Vera Empreendimentos Imobiliários", um apartamento na SQS 107 com três quartos está avaliado na faixa de Cz\$ 15 a Cz\$ 16 mil, sendo este último o valor pago pela união por um destes apartamentos no bloco K que serve a funcionários para o qual é cobrada taxa de ocupação de Cz\$ 381,00 mensais.

Tanto no caso dos assessores sem imóveis funcionais para morar como em relação ao funcionalismo público em geral que ocupam apartamentos do governo, Gilson admite que as taxas são baixas, mas explica que, além de decretos que estabeleçam a quantia a ser paga, leva em conta os vencimentos dos servidores. Um assessor nível DAS — Direção de Assessoramento Superior 4, por exemplo, ganha, em média, Cz\$ 30 mil, sendo impossível pagar aluguéis como os do mercado. No que diz respeito a leis, lembra que o decreto 85.633/81 estabelece a cota a ser paga como um valor não inferior a 1% do imóvel, o que permite aumentos por não estabelecer tetos para cobrança, mas, segundo o superintendente, nos governos passados as taxas não sofreram muitas alterações em função da economia instável e, hoje, os aumentos dependem das elevações salariais. No que diz respeito a ocupação de casas, diz o superintendente que a taxa cobrada deve equivaler a apenas 15% do salário do ocupante.

Fibra inicia amanhã semana da indústria

A Federação das Indústrias de Brasília — Fibra — abre com um seminário em seu auditório-sede a partir das 19 horas no Setor de Indústria trecho 3 lote 225 a Semana da Indústria que até o dia 25 mostrará à população importantes setores do desenvolvimento.

Na segunda às 19h30 o tema "Informática no DF" será desenvolvido pelo diretor-presidente da Novadata, José Luiz Cuiñas da Cunha e da STD-Sistemas Técnicos Digitais S/A, Vilmondes Gomes da Silva. As 20h10 o diretor-presidente da Stracta S/A Pedro Ivan Guimarães Rogedo, o diretor-presidente do Grupo OK, Luiz Esteve de Oliveira Neto falarão sobre a Biotecnologia e a Agroindústria no DF. As 21 horas haverá debates e logo após o encerramento das atividades do dia.

Na terça-feira haverá visitas técnicas às instalações industriais das empresas Marleska Confeções, a partir das 16h30 no SAAN quadra 2 n.º 1145. No dia 22 será a vez da empresa OK Oleos Vegetais, situada na BR-040 km 7. No próximo sábado. No dia 23 serão iniciadas as atividades do Clube do Trabalhador a partir das 10h30. O clube se localiza no Sesi em Taguatinga, área especial 3.

2ª Feira da Indústria-DF
A 2ª Feira da Indústria do DF começa na próxima quarta-feira no Centro de Convenções de Brasília. A abertura da feira será às 17 horas e para o público às 19 horas indo até as 23 horas. Nos dias 21 e 22 funcionarão das 16 horas às 23 horas e nos dias 23 e 24 das 10 horas às 23 horas.

No dia 25, segunda-feira da próxima semana, haverá a entrega da Medalha do Mérito Industrial a partir das 20 horas no auditório da Fibra. As 20h30 será lançada a Campanha do Operário Padrão/87 e das 20h45 às 21h45 as autoridades presentes farão breves discursos. As 22h30 haverá um coquetel de confraternização.

SENADO



Mauricio Corrêa (PDT) — eleito com 197 mil 637 votos (o mais votado de Brasília), o senador participa da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público da Constituinte. Ele apresentou 81 propostas às 24 subcomissões, tratando desde

o sistema de governo, até o regime trabalhista dos funcionários das embaixadas estrangeiras.

Ele já apresentou emendas ao anteprojeto do relator da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, prevendo a estadualização da Justiça do Distrito Federal, retirando-a da competência da União; coloca o DF entre as regiões metropolitanas brasileiras e fixa o limite máximo de 20 salários mínimos para os vereadores e 25 para os prefeitos.

Garante assistência do estado aos menores infratores e regulamenta em 14 anos a idade mínima para o trabalho, com direito às garantias previdenciárias.



Meira Filho (PMDB) — eleito com 127 mil 698 votos, preside a Comissão do Distrito Federal no Senado. Ele apresentou 81 propostas às subcomissões, inclusive uma constituição completa, versando sobre os mais diversos assuntos nacionais.

Entre suas sugestões destacam-se a co-gestão nas empresas; sindicalização dos servidores públicos; proteção ao valor real do salário e dos proventos dos aposentados; participação dos trabalhadores na gestão das rendas auferidas com o FGTS, PIS/Pasep, etc; isenção de tributo às pequenas e médias empresas e o fortalecimento dos municípios.

Destinação de 10% da renda da União para a construção de casa própria; obrigatoriedade da concessão de vale transporte e alimentação aos trabalhadores; prevê o regime presidencialista com mandato de quatro anos e a anulação do casamento a qualquer tempo, além da extinção dos exames vestibulares e direito à educação para todos.

Pompeu de Souza (PMDB) — eleito com 92 mil 94 votos, participa da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação da Constituinte. Ele apresentou 22 propostas às subcomissões, que vão desde a garantia da livre expressão do pensamento, até a proibição de emenda que restrinja a liberdade de imprensa.

Cria o Conselho Nacional de Comunicação, com poderes para outorgar e revogar a concessão de canais de rádio e televisão; e o Conselho Editorial nas empresas públicas e privadas, com a participação de representantes dos patrões e empregados.

Amplia para o Congresso ordinário a iniciativa popular das leis (com 30 mil assinaturas se apresenta projeto de lei); institui os salários mínimo e máximo no serviço público; prevê o acesso ao serviço público apenas por concurso e criminaliza a discriminação racial, ideológica, de sexo ou religiosa.



CAMARA



Maria de Lourdes (PFL) — eleita com 46 mil 16 votos, participa da Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, da Assembleia Constituinte. Ela apresentou 17 sugestões às diversas subcomissões,

tratando de assuntos que vão do direito do menor e do idoso, até a punição por crime inafiançável, aos delitos cometidos contra a economia popular.

Propôs a instituição de cartão magnético único para os contribuintes da Previdência Social, em todo o país; garante a valorização e concede prerrogativas especiais ao inventor nacional; proíbe a veiculação de anúncios de cigarros e bebidas, além da propaganda enganosa; assegura o direito a todos os brasileiros à saúde, educação e seguridade.

Suas sugestões prevêm, ainda, a prestação de contas dos recebimentos e aplicações dos dinheiros públicos e o direito dos cidadãos cassarem mandatos de pessoas eleitas que não cumpram com suas obrigações.

Jofran Frejat (PFL) — eleito com 22 mil 279 votos, preside a Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios da Constituinte. Ele apresentou 25 propostas às subcomissões, entre elas, a mais polêmica é a que amplia os direitos de anistia aos servidores civis e militares atingidos por atos institucionais.

Propôs, ainda, o tratamento odontológico gratuito a todos que recebem menos de três salários mínimos; atendimento eletivo de saúde às nutrízes, deficientes físicos, gestantes, puérperas, crianças e idosos; transporte gratuito aos maiores de 60 anos; que número de filhos será decisão do casal; creche obrigatória para as entidades públicas ou privadas onde trabalham mais de 30 mulheres.

Ele também assegura, em suas propostas, a saúde como dever do Estado e seis horas de trabalho para as mulheres.

Geraldo Campos (PMDB) — eleito com 27 mil 736 votos, preside a Subcomissão dos Direitos do Trabalhador e do Servidor Público da Constituinte. Ele apresentou 16 sugestões às subcomissões, propondo a aposentadoria voluntária

aos 25 anos para mulheres e aos 30 para homens; estabilidade do servidor público a partir de sua admissão e a isonomia salarial entre os três poderes da União.

O direito de greve e sindicalização aos servidores públicos; proibição da acumulação de cargos e fixação de teto máximo para os salários dos servidores (fim dos marajás), são assuntos de suas propostas.

Outras sugestões prevêm, ainda, punição para quem deixar de cumprir a Constituição; inscrição para concurso público sem limite de idade; institui o regime jurídico único no serviço público (estatutário) e revisão da aposentadoria sempre que forem alterados os salários.

Valmir Campelo (PFL) — eleito com 46 mil 189 votos, participa da Subcomissão de Organização do Estado, da Constituinte. Ele apresentou seis propostas às subcomissões, tratando de assuntos sociais e trabalhistas, inclusive a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para a compra de carros pelos motoristas de táxi.

Entre suas sugestões destacam-se as de cunho social, na área de assistência ao menor abandonado e ao idoso; pagamento de pensão para os aposentados da Câmara dos Deputados; confirmação de que nenhum trabalhador pode trabalhar mais de oito horas por dia, além da realização de eleições diretas no DF para o próximo ano (ele foi o primeiro parlamentar a apresentar emenda nesse sentido).



Augusto Carvalho (PCB) — eleito com 39 mil 183 votos, faz parte da Subcomissão dos Direitos do Trabalhador e do Servidor Público da Constituinte. Ele apresentou 20 propostas polêmicas às subcomissões, que abrangem

desde a estatzão dos bancos privados, até a proibição da locação de mão-de-obra e a garantia de greve e sindicalização do servidor público.

Outra de suas sugestões que vai gerar muita controvérsia trata da extinção do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com ela, será devolvida ao Congresso, a prerrogativa para tratar de assuntos econômicos. A que propõe a co-gestão nas empresas e estatais é outra que promete muita celeuma no plenário da Constituinte.

Ele chega a propor a posse das águas e até das nuvens pelo governo; cria o título da dívida ambiental e proíbe o uso da energia nuclear para fins bélicos.

Francisco Carneiro (PMDB) — eleito com 18 mil 367 votos, é membro da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios da Assembleia Constituinte. Ele apresentou 17 sugestões às subcomissões, com assuntos

vão da autonomia política e eleições diretas para o Distrito Federal até as que prevêm a responsabilidade dos pais na criação dos filhos e regulamentação o uso dos decretos-leis.

"Constitui crime inafiançável os pais abandonarem seus filhos menores; compete à União, estados e municípios, promover ações sociais e fiscalizadoras para anular a existência do menor abandonado", é uma de suas propostas.

Assigura o direito de greve ao servidor público; garante o direito à moradia; descanso remunerado às gestantes, por 60 dias e propõe a livre associação profissional ou sindical.

Márcia Kubitschek (PMDB) — eleita com 22 mil 746 votos, participa da Subcomissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia da Constituinte. Ela apresentou seis propostas às subcomissões, tratando do direito e garantias individuais e criando a região integrada do Planalto Central, que abrange o DF, Minas e Goiás.

A defesa do consumidor será garantida pelo poder público. Com essa sugestão, ela visa proteger o consumidor brasileiro, diante da ganância, falta de escrúpulos e impunidade de comerciantes e prestadores de serviços.

Ela propõe, também, a proibição da cobrança de impostos sobre livros, revistas, jornais e periódicos; e assegura aos contribuintes do imposto de renda a dedução das despesas de natureza cultural e educacional.

Os municípios localizados na área de influência do DF, conforme propôs Márcia, passarão a constituir a região integrada do Planalto Central.



Sigmaringa Seixas (PMDB) — eleita com 11 mil 476 votos, é o relator da Subcomissão da União, Distrito Federal e Território da Constituinte. Ele apresentou 10 propostas às subcomissões, tratando de diversos assuntos.

No entanto, a maior parte do seu tempo foi tomada com a elaboração do relatório (anteprojeto) da subcomissão.

Como inovações, ele assegura aos estados e municípios litorâneos a participação no resultado da exploração econômica da plataforma marítima e do mar territorial; e participação no resultado econômico dos recursos minerais do subsolo.

A realização de plebiscito para a construção de aeroportos, hidrelétricas, pólos petroquímicos, usinas nucleares, depósito de lixo atômico.